

O negócio é desindexar a economia

Na reunião do Conselho Monetário Nacional, nas altas rodas da sociedade, na feira ou no bar da esquina não se fala em outra coisa: o negócio é desindexar a economia. Existe hoje uma sensação generalizada, baseada em argumentos técnicos ou não, de que a indexação, também generalizada, trouxe mais prejuízos do que benefícios. Poucos ganharam. A maioria saiu perdendo.

Dois exemplos recentes servem para ilustrar o problema da indexação:

1. Aumento do BNH. Se aplicada a correção monetária integral nas prestações do BNH após 1º de julho, o aumento seria da ordem de 130 por cento. Pouca gente teria condições de suportar um reajuste tão elevado. O Governo acabou sendo obrigado a recorrer a artifícios para parcelar o reajuste. Agora, os mutuários vão ter que refinancejar suas dívidas, esticando os prazos dos empréstimos, com a opção de pagar por um novo sistema (a tabela price) que baixa as prestações iniciais, mas acaba onerando as últimas — exatamente o inverso do atual sistema. Para os funcionários públicos, o BNH terá que subsidiar, com seu lucro, boa parte do aumento de julho.

As prestações do BNH sempre foram reajustadas pela correção monetária. Por que este ano os mutuários não tiveram condições de suportar o reajuste? Simplesmente porque os salários, além de a atual política salarial reduzir os salários mais altos, não têm condições de correr atrás da inflação. Os preços podem variar diariamente — pelo menos os que estão fora de controle do Governo — e os salários não. Por isto, não há nada mais cruel para o assalariado do que a inflação. Quanto mais acelerada a inflação, maior o prejuízo do trabalhador;

2 — As ORTNs Cambiais — Há muitos anos, para facilitar a contabilidade das empresas estrangeiras instaladas no Brasil, o Governo passou a emitir Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional com correção cambial. E continuaram a existir as ORTNs mensalmente reajustadas pela correção monetária. Como antigamente a correção cambial costumava acompanhar a correção monetária, as autoridades não viram qualquer problema em que o comprador dos títulos optasse por uma ou outra. Tratava-se apenas de uma questão contábil.

Mas acontece que a partir de 73 o Brasil entrou em séria crise de balanço de pagamentos. A política de câmbio se tornou fundamental para restabelecer o equilíbrio. A correção cambial disparou na frente da corre-

ção monetária: em 79, o Governo promoveu uma maxidesvalorização do cruzeiro de 30 por cento, e em fevereiro último voltou a repetir a dose, com mais 30 por cento.

O resultado é que as ORTNs cambiais se transformaram na grande atração no mercado. Natural: é como se o comprador desses títulos estivesse sendo remunerado em dólar. Isto tudo está agora causando um grande problema ao Governo, agravando o déficit público e acelerando a inflação. No final de 82, a dívida pública em títulos era de Cr\$ 7,8 trilhões. Em dezembro de 83, por causa da maxidesvalorização de fevereiro, chegará a Cr\$ 19 trilhões. Se a dívida fosse reajustada apenas pela correção monetária, chegaria ao final de 83 em Cr\$ 16 trilhões, ou seja, o Tesouro terá de despendar nada menos que Cr\$ 3 trilhões, quase um terço de toda a receita de impostos prevista para este ano.

E quem ganha com esta desindexação? Um número reduzido de empresas que vinha especulando com ORTNs cambiais no mercado aberto

(open market). A pressão do mercado foi tanta que o Governo quis acabar com as ORTNs cambiais no início do ano e não conseguiu: as instituições financeiras fizeram um boicote generalizado e rejeitaram os papéis com correção monetária. O que todo mundo queria mesmo era continuar ganhando em "dólar", embora o investimento fosse feito em cruzeiros.

Há dezenas de outros exemplos que poderiam ser citados aqui. A indexação da economia somente torna mais ricos os que já são ricos e mais pobres os que já estão pobres. Há clima favorável hoje para se promover a desindexação, que certamente não poderá ser feita de uma hora para outra. São anos e anos de indexação e a economia adquiriu certos vícios difíceis de serem eliminados. A desindexação terá que abranger todos os setores, para que o remédio não agrave a doença.